

Paisagem e ambiente: uma distinção conceptual*

Adriana Veríssimo Serrão

Universidade de Lisboa
adrianaserrao@fl.ul.pt



Recibido: 22-12-2013
Aceitado: 13-3-2014

Resumo

Neste artigo, mostramos como o conceito de ambiente, quando tomado como categoria principal de uma visão do mundo que procura reconhecer, apreciar e proteger os espaços naturais, conduz inevitavelmente a consequências contraditórias: por um lado, desvaloriza o papel de cada particular, subsumindo-o em conjuntos e totalidades; por outro, contrapõe de modo rígido o humano e o não-humano como duas esferas separadas. Pelo contrário, uma visão do mundo fundada na Paisagem, uma categoria sintética que integra o fundamento natural com dimensões humanas permitirá reatar harmonias e modos de encontro num mundo marcado por profundas cisões e preocupantes sinais de desagregação do humano. O artigo discute algumas das principais teorias actuais, como as de Allen Carlson e Arnold Berleant, no âmbito da estética ambiental, e de Rosario Assunto, o principal representante da estética da paisagem.

Palavras-chave: paisagem; ambiente; natureza; estética; habitar humano.

Abstract. *Landscape and Environment: a conceptual distinction*

In this article, I aim to show how the concept of environment inevitably leads to contradictory consequences when it is taken as a major category of a worldview that seeks to recognize, appreciate and protect natural spaces: on the one hand, it devalues the role of each particular element, subsuming it into sets and wholes; on the other, it rigidly opposes the human and the non-human as two separate spheres. On the contrary, a world view founded on the category of Landscape, a synthetic category which involves a natural foundation with human dimensions, allows resuming harmonies and modes of living in a world marked by profound divisions and worrying signs of disintegration of the human.

Keywords: landscape; environment; nature; aesthetics; human living.

* O artigo reproduz, com alterações, o capítulo «Ambiente e Paisagem: Categorias em confronto», do livro *Filosofia da Paisagem: Estudos*, 2013, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, p. 103-116, e resulta de uma investigação conduzida no âmbito do projecto *Filosofia e Arquitectura da Paisagem*, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010-2013.

Sumário

- | | | |
|---|------------|--|
| | Introdução | 3. Paisagem, o ponto de encontro do Homem com a Natureza |
| 1. Ambivalência do conceito de ambiente | | Referências |
| 2. Ambiente e Paisagem: que conciliação possível? | | |

Introdução

À Carmen Velayos

A opção, presente em muitas orientações actuais, de subsumir o conceito de Paisagem no de Ambiente tem dado origem a uma série de malentendidos, com implicações na edificação de uma estética e de uma ética em contexto natural que procuram apreciar e proteger os espaços naturais. Trata-se de uma opção que evita, acima de tudo, enfrentar com profundidade a própria ideia de Natureza, fundadora de uma visão integral do mundo, reduzindo-a a um conjunto de dimensões físicobiológicas e/ou ecológicas e agravando, paradoxalmente, a separação artificial entre nãohumano e humano, que procura precisamente superar. Grandemente simplificada, a estética é privada da sua matriz mais genuína de expressão da sensibilidade a favor da postulação da objectividade do Belo, cujo reconhecimento deve basearse em conhecimentos de tipo científico. Também em termos éticos a noção global de Ambiente é imprecisa, justamente pela impossibilidade de conter a diversidade e a singularidade das manifestações naturais nas situações concretas em que somos chamados a agir.

Uma vez libertas da tradicional associação à vista, ao cenário e ao panorama, o entendimento das paisagens como unidades integradas e espaços do habitar permitirá conciliar o fundamento natural com dimensões constitutivamente humanas, como a História e a Cultura, e responderá mais facilmente a problemas candentes do tempo presente e futuro, desde o desenho das cidades até à invenção de formas de viver alternativas.

1. Ambivalência do conceito de ambiente

O uso, tão disseminado na actualidade, do substantivo *ambiente* e do adjectivo *ambiental* para designar o conjunto de orientações em ética, estética e política que consideram o ser humano não mais como ser exclusivo, mas como membro e participante de uma comunidade de entidades naturais, é gerador de ambiguidade, já que os termos remetem, pelo menos, para dois sentidos:

- a) Numa acepção corrente e ampla, *ambiente* refere tudo o que nos rodeia e envolve a nossa existência, cobrindo níveis tão diferenciados desde ambientes naturais a artificiais, desde ambientes mistos a ambientes pessoais e sociais

(«ambiente popular», «ambiente aristocrático»...), sendo por isso usado em aplicações e associações metafóricas significando ar, atmosfera, clima («o bom ambiente desta sala»).

- b) Numa acepção técnicocientífica restrita, designa mais especificamente o *meio ambiente*, desde o ar que respiramos ao conjunto das condições biofísicas (solo, clima, etc.) da vida orgânica e da permanência da vida sobre a Terra. Frequente é a associação (ou identificação) com ecossistema ou com *habitat*, termo oriundo, por sua vez, da ecologia (ciência dos meios de vida, que estuda a relação dos organismos vivos com os respectivos ambientes naturais), criada por Ernst Haeckel, em 1866, como subdisciplina da biologia.

A palavra *ambiente* procede do latim *ambiens, ambientis*, e do verbo *ambire*, ‘rodear’, ‘estar de ambos os lados’. Logo, a expressão *meio ambiente* (*Umwelt, Environment*) introduz uma precisão, mas acaba por resultar num pleonasma ao duplicar a ideia de envolvimento.

Não é apenas na linguagem corrente que os dois sentidos se cruzam. A imprecisão entre os níveis persiste no interior da estética ambiental, dando origem a posições divergentes.

1.1. O conceito «ecológico» de ambiente

Segundo Allen Carlson, a principal razão de ser desta orientação prende-se com o contributo que pode dar ao ambientalismo (*environmentalism*): «a experiência estética da natureza foi e continua a ser de vital importância para a conservação e preservação do ambiente natural» (Carlson, 2009: 1). E justifica, seguindo Eugene Hargrove, com a função que a consciência estética tem desempenhado na formação de decisões que preservaram «alguns dos mais magníficos ambientes da América do Norte» (Hargrove, 1979). Em abono da estreita correlação entre estética ambiental e ambientalismo, Carlson cita ainda autores de referência que têm contribuído para instituir as bases e os objectivos desta consciência. Segundo J. Baird Callicott: «Que tipos de território (*country*) consideramos serem excepcionalmente belos faz uma enorme diferença quando temos de decidir que lugares salvar, quais restaurar ou realçar, ou quais destinar a outros usos. Por isso, uma estética natural sólida é crucial para uma sólida política de conservação e gestão do território» (Callicott, 2008: 106). No mesmo sentido, para Ned Hettinger (2005: 76): «a ética ambiental beneficiaria em tomar a estética ambiental mais a sério».

Os propósitos não podiam ser mais claros: a estética ambiental não é uma reflexão autónoma da filosofia solicitada por uma problemática bem definida, mas um conjunto de princípios gerais que presta apoio à ética da conservação (ou da preservação), em matéria de decisão ambiental e ordenamento do território. É já relevante que em causa esteja a demarcação do que há, ou deve ser especialmente considerado, pressupondo implicitamente que algo haverá que não tem necessariamente de o ser: «decidir que lugares salvar, quais restaurar ou realçar, ou quais destinar a outros usos».

Procuremos perceber como se estabelece esta articulação, ou melhor, que critérios seguros poderá dar esta estética para decidir a escala de valores entre lugares da natureza. Depois de considerar o que chama de «estética da natureza tradicional», reduzida globalmente aos tópicos negativos da tradição pitoresca e da tradição formalista, Carlson enuncia as suas deficiências: o antropocentrismo; a obsessão com o cenário; a superficialidade e trivialidade; a subjectividade; a vacuidade moral. Em abono da assumpção da estética ambiental como uma estética nova, superadora das deficiências de que enformaria essa tradição, são apresentadas em contraposição esquemática as características que articulariam a apreciação estética com as obrigações morais, ou a beleza com o dever:

1. O acentrismo: uma apreciação adequada exige que o apreciador (*appreciator*) se desligue do seu ponto de vista para emitir um ajuizamento que não seja nem particular nem antropocêntrico.
2. O foco no ambiente: mesmo que seja difícil praticar sempre o acentrismo, que toma a natureza como um todo, o recipiente (*recipient*) não deve ater-se a aspectos particulares, mas considerar, se não o todo completo, pelo menos os conjuntos em que os elementos particulares se integram.
3. A seriedade: uma experiência dirigida para o que a natureza realmente é e para as qualidades que actualmente tem, sustentando «uma espécie de respeito pela verdade» do objecto, independente do agrado e outras tonalidades afectivas do sujeito.
4. A objectividade: a formação de consensos apreciativos, que na senda da noção de padrão defendida por David Hume em *Of the Standard of Taste* podem fundar (tal como na avaliação da arte) princípios normativos de uma estética crítica, a cargo dos *true judges*, os críticos que sabem e podem avaliar.
5. O comprometimento (*engagement*) moral: uma experiência livre do que diz respeito aos interesses de um apreciador particular, que supera o esteticismo e, ao articular estética e ética, prepara para a acção correcta.

Passemos por alto a ligeireza com que é esboçada a imagem da estética tradicional, bem como o uso do termo *experiência*, dificilmente conciliável com a relação entre um *apreciador* (ou *recipiente*), despersonalizado e *desfocado* em que se dá a passagem directa do conhecimento certo ao bem agir. Não se pode em rigor afirmar que, para Carlson, o papel do sujeito individual seja anulado, como sucede nos movimentos da ecologia profunda, mas é certo que a atitude que lhe é pedida acaba por limitarse a um mero suplemento de adesão para aqueles ambientes naturais previamente reconhecidos no seu valor intrínseco pelos críticos informados e experientes, que, numa simplificada leitura de David Hume, orientariam o gosto dos outros. Fixemonos no significado de *ambiente*: conjuntos naturais que subsumem os elementos particulares, os quais são relevantes apenas pelo lugar ou função ocupado num sistema:

[...] o foco da apreciação estética [da natureza] tem de ser ampliado para incluir cada um e todos os tipos de ambientes. Tem de ser focado no ambiente (*envi-*

ronmentfocused) em vez de estar ligado a tipos particulares de ambiente e/ou a tipos particulares de características de ambientes. (Carlson, 2009: 11)

A conversão entre ambiente e natureza, como se de sinónimos se tratasse, evita que a filosofia ambiental se sinta obrigada a esclarecer o próprio conceito de natureza, que permanece indeterminado, incólume à complexa evolução histórica, nas fronteiras de uma metafísica nunca assumida e prudentemente evitada. Ao mesmo tempo holista e impreciso, reduzido ao conjunto de dimensões físicobiológicas e/ou ecológicas, não remete para uma ideia global de natureza —o ambiente não é uma componente da natureza, mas é a natureza mesma enquanto natureza selvagem— e cuja tipologia e categorização objectiva cabe aos cientistas determinar. O ambiente (natural), por sua vez, subsume em si todos os entes individuais.

A ausência de reflexão sobre o conceito de natureza, uma lacuna que acarreta uma demissão da vocação fundamentadora da filosofia e o abandono das bases da estética à ciência da natureza e à história natural, deixa nas mãos dos especialistas a responsabilidade da decisão política quanto aos lugares *excepcionalmente belos* a conservar, num cruzamento de cientismo e gestão do património, com o risco da eleição de *maravilhas naturais* e a conseqüente despromoção dos lugares ambientalmente pobres, monótonos ou desinteressantes. Não será difícil contestar que não só a pretensa objectividade da ciência é altamente falível, como o facto de a ciência da natureza não estar isenta da marca de interesse humano antropocentrado, tantas vezes mais ao serviço da economia e menos da estética. A confusão de antropocentrismo e humanismo tem sido observada por vários autores, entre os quais Yuriko Saito, que mostrou bem como as grelhas de compreensão da ciência são humanas, e que os seus resultados têm sido frequentemente armas de domínio, e não de acesso directo à realidade (Saito, 1998).

Igualmente frágil é o entendimento do significado da beleza. Se a beleza não é atributo de cada elemento, mas é condicionada pela função exercida no sistema mais amplo, a imprecisão permanece total quanto à escala desse sistema, sendo que a própria noção de ecossistema é hierárquica e depende da interacção das comunidades e da sua integração em sucessivos níveis de complexidade. Se por *estética* se entende aqui uma visão do mundo fundada no modo directo da observação, mesmo que acompanhada de conhecimentos, não se percebe como poderia Carlson escapar à tão criticada visualidade, já que a apreensão dos sistemas estaria determinada por aquilo que a vista alcança. Mas esta *estética* está bem mais próxima de uma calologia que acaba por tornar redundante o apelo à individualidade do *apreciador*. O primado do todo sobre a parte prova a evidente opção antiindividualista em matéria de ética ambiental e a afinidade com a *Land Ethic*, nas referências privilegiadas a Leopold e Callicot, bem como algum distanciamento avisado quanto ao acentrismo holista de Godlovitch, que defende o mistério da natureza para lá do sentimento e do conhecimento (Godlovitch, 1994).

1.2. O ambiente como espaço de habitação

Embora esta acepção restritiva de ambiente presida a muitas posições não-antropocêntricas da filosofia, como sinónimo de enquadramento *natural* e, em última instância, de natureza selvagem (*wilderness*), ela está longe de obter unanimidade. Outro pensador relevante da *Environmental Aesthetics*, Arnold Berleant usa o termo numa escala inclusiva das acepções *a*) e *b*) acima referidas, muito próximo do sentido originário de *oikos* ('casa'). Nos termos em que o define, é clara a recusa da natureza intocada e a inserção da cultura e sociedade na modelação do natural. Os ambientes são vividos através das modalidades —gostos, gestos, memória— de cada cultura e modelados por constantes actos e respostas; são físicoculturais e sociais.

Sendo o ambiente tanto o que envolve o homem quanto os lugares em que este habita —decorrente da matriz arquitectónica que Berleant substituiu à pictórica—, não é a alternativa mas a reciprocidade que pode fundar tanto a estética como a ética. Enquanto a posição ultraobjectiva de Carlson, que ao procurar vencer o antropocentrismo, instaura um insanável dualismo entre o humano e o natural/ambiental como duas esferas independentes e contrastadas pela inimizade, a estética da continuidade —defendida por Berleant como nova *episteme*— ao dispor o humano em situação, acolhe também o outro lado do problema: o ambiente não designa só o que nos envolve (exteriormente), mas também o que nos penetra e modela (interiormente):

O ambiente é mais do que simplesmente a nossa envolvência externa. Nós compreendemos com uma força cada vez maior que a vida humana está intimamente ligada às condições ambientais e que não há linhas divisórias nítidas que nos separem do ambiente em que habitamos. À medida que respiramos o ar à nossa volta com todos os seus poluentes e o percebemos na nossa corrente sanguínea, ele tornase parte dos nossos corpos. Isto também acontece com a comida que ingerimos, com todos os pulverizadores e aditivos. Até mesmo as roupas que usamos no «lado de fora» do nosso corpo fazem parte da nossa imagem corporal e as nossas casas são a maior de todas as peças de vestuário, expressando as nossas personalidades e os nossos valores. Esta relação é de reciprocidade, uma vez que cultivamos a comida que comemos e moldamos as roupas que vestimos e as casas em que vivemos. (Berleant, 1977: 11)

Integração e reversibilidade são princípios fortes que fundam uma visão compreensiva, mas também uma ética valorativa consciente de que o homem faz os ambientes que, por sua vez, também o fazem. Livre da ficção de uma natureza pura, a interpenetração do natural, do natural humanizado e do sócio-cultural permite mostrar também como os diversos ambientes —incluindo as cidades— influenciam, positiva ou negativamente, com acento favorável ou adverso, a naturalidade do humano enquanto corporalidade e sensorialidade, através dos nossos movimentos e acções.

Confrontando os pressupostos de ambas as doutrinas, não é difícil mostrar como são óbvias as diferenças:

Ambiente «ecológico» A. Carlson	Ambiente como «casa» A. Berleant
Holismo vago não especificado nos seus diferentes níveis, mas sempre natural.	Permite a distinção de níveis particularizados e a diversidade dos ambientes.
Obriga à demarcação entre natureza intocada e natureza intervencionada.	Aceita todo e qualquer enquadramento de vida, seja natural, misto ou cultural.
Um naturalismo rígido: o ambiente (natureza) como exterioridade em relação ao humano.	Interdependência do natural e do humano.
Objectividade e unilateralidade: o apreciador julga, sem ser afectado.	Reciprocidade e reversibilidade: o participante é afectado pelo que experiencia.

Subjacente a esta oposição, aquela que opõe conhecimento e sensibilidade, encontram-se duas antropologias: uma que reduz o humano ao conhecimento, ultravaloriza o saber e apela à mente que decide; a outra, que parte do sentir perceptivo e cinestésico de um sujeito concreto para a compreensão da diversidade qualitativa desses espaços em que o corpo (do homem total, individual e social) se move. A estética do comprometimento constitui facilmente a base crítica de uma ética e de uma pedagogia ambiental, com a vantagem de não separar natureza e cidade, isto é, de não reduzir a exigência ética ao natural extraurbano, certamente um dos pontos mais frágeis e polémicos da chamada estética positiva.

No artigo acima citado (Carlson, 2009: 19), em que não só defende os seus pontos de vista como procede a uma recapitulação crítica das principais orientações da estética ambiental, Carlson vai mesmo ao ponto de aplicar os cinco tópicos do esquema para classificar os aspectos fortes e fracos os principais modelos em confronto — radicalizados em cognitivos e não cognitivos (*emocionalistas*), o que faz transparecer a contraposição rígida entre conhecimento e *emoção*, o que lhe permite comparar a respectiva validade, de que resulta:

	Aproximações cognitivas	Aproximações não cognitivas
Acêntrica	Forte	Muito forte
Focadano ambiente	Forte	Muito forte
Séria	Forte	Não claro
Objectiva	Muito forte	Fraco
Moralmente comprometida	Não claro	Fraco

Assim expostas, as duas acepções de ambiente —ambiente biofísico e ambiente-lugar de habitação— são diametralmente opostas ponto por ponto. No entanto, para Berleant, usando embora o termo *paisagem* para referir a experiência de uma localização particular, a categoria primária é ainda a de ambiente, uma opção longamente justificada, por considerar que *paisagem* remete preferencialmente para as belas vistas e os belos lugares celebrados por artistas (Berleant, 1997: 12-13; 2012: 347).

2. Ambiente e Paisagem: que conciliação possível?

Apesar de o conceito de Natureza como unidade do mundo continuar a ser usado por muitos pensadores actuais, diversos motivos justificam a adopção de uma outra categoria susceptível de unificar questões de estética e de ética no contexto da situação de crise do fundamento. A ideia de Natureza —como todo coeso e fundamento da existência (não humana e humana), durante milénios o sustentáculo de todas as cosmovisões— tornou-se um conceito problemático. Por um lado, por hipostasiar uma totalidade inacessível e/ou remeter para uma ordem e estabilidade há muito passadas; por outro, não menos relevante, pela impossibilidade actual de distinguir o natural do artificial. Esta incerteza talvez explique o uso indiscriminado do adjectivo *natural*, que resulta pelo exagero e trivialidade numa simples palavra vazia e por isso, em última instância, ineficaz.

Sendo que o pensamento tem por função a escolha das categorias com vista a ordenar a realidade, a respectiva hierarquia não é indiferente. A alternativa a Ambiente, susceptível da mesma hipostasiação atribuível a Natureza, encontra-se no conceito de Paisagem, cuja fecundidade foi reconhecida, desde os anos 70 do século xx pelo filósofo italiano Rosario Assunto, que a retirou da esfera das representações e imagens para a colocar na ordem do ser, elevando-a assim a categoria central da filosofia estética. Antes de qualquer representação do mundo, a paisagem é um lugar do mundo onde a natureza se torna objecto de uma experiência estética integral.

Uma das reflexões mais precisas encontra-se no pequeno ensaio *Paisagem, ambiente, território*, que trata de desfazer a confusão dos três termos, com evidentes prejuízos quer na compreensão dos problemas, quer em actos de gestão dos solos ou administração dos territórios:

Creio que neste ponto surgirá com bastante facilidade uma definição de «paisagem» como «forma» que o ambiente («função» ou «conteúdo» [...]) confere ao território como «matéria» de que ele se serve. Ou melhor, se quisermos ser mais precisos, «paisagem» é a «forma» na qual se exprime a unidade sintética *a priori* (no sentido kantiano: não a «unificação» de dados recebidos separadamente, mas a «unidade» necessária que condiciona o seu apresentarse na consciência) da «matéria (território)» e do «conteúdo ou função (ambiente)». [...] O ambiente concreto, o ambiente que vivemos e do qual vivemos vivendo nele, é sempre o ambiente como forma de um território: paisagem. (Assunto, 1976: 45-48, in Serrão, 2011: 128-129)

Paisagem é uma unidade sintética na qual se dá a ligação entre território e ambiente: este *ambiente concreto*; mais precisamente, uma forma *a priori*, termo que Assunto empresta de Kant para referir a condição de possibilidade de X: seja da experiência, enquanto receptividade ao mundo («o seu apresentarse na consciência»), seja da existência mesma («do qual vivemos vivendo nele»). O mundo nunca se dá como território ou como ambiente, mas sempre na unidade de matéria e forma: esta paisagem determinada. É unidade de *ser* e *experiência*.

Para alcançar todas as implicações da formulação aqui tão condensada seria necessário percorrer de fio a pavio o livro *Il paesaggio e l'estetica*, de 1973, onde a teoria da paisagem como modo de ser (da natureza) encontra a sua fundamentação plena. Importa somente, para a questão em debate, salientar que Assunto distingue os dois conceitos, mas não os coloca como alternativos. A distinção consolida a posição da filosofia estética contra o cientismo; porque a estética é da ordem do sensível, uma experiência *do* ambiente —na acepção científica— como envolvimento global é qualquer coisa de incompreensível. O ambiente não é enquanto tal experienciável, é apenas concebível. Mas, por outro lado, porque a experiência estética tem na origem o sentimento vital proporcionado pelas qualidades reais de cada paisagem onde estamos, Assunto defende, contra o intelectualismo que confina a apreciação ao plano reflexivo, mental, que as condições da vida biofísica, favoráveis ou desfavoráveis, afectam as sensações de bemestar ou malestar provocadas pelos elementos. Na base da reflexão está a fisicidade das sensações.

A ontologia assuntiana pode sem contradição articular estética e ecologia, visto que a contemplação tem por base a *simbiose* de vida com vida, o sentir positivo ou negativo, a satisfação ou a não satisfação, como Assunto atesta num texto claríssimo:

O ponto de vista estético interessase pela paisagem, enquanto a paisagem é, podemos já dizê-lo, o ambiente da ecologia considerado como objecto de contemplação: e no deleite (como na frustração, no sofrimento) que acompanha a contemplação, está também contido, contemplado, por sua vez, em conjunto com o ambiente promovido a paisagem, o bemestar (ou o malestar) que aquele mesmo ambiente nos faz experimentar em relação à satisfação ou não satisfação das nossas necessidades vitais; e o ponto de vista ecológico, por seu turno, interessase, podemos dizê-lo, pela mesma paisagem de que cuida o ponto de vista estético: sendo que o ambiente da ecologia outra coisa não é do que a paisagem de que falamos em estética como um objecto de contemplação, mas considerado do ponto de vista da acção que as suas várias componentes exercem sobre a formação e conservação da vida. (Assunto, 2005: 136)

Assunto vinca bem a especificidade respectiva dos métodos da estética, que tem por base uma metafísica da natureza vital, e da ciência do ambiente, que complementarmente se cruzam, mas não se confundem.

Não foi apenas a filosofia pura a evidenciar a distinção e proximidade destes pontos de vista. Encontramola em algumas ciências descritivas, por exem-

plo, no sentido que, da perspectiva da geografia, lhe empresta Jean Demangeot. Considerando a ambiguidade do termo *meio*, ao mesmo tempo centro e periferia, extrai daí a reversibilidade entre meio e envolvência, que ora coloca o meio no centro, como objecto de estudo, ora o homem no meio, como um ponto central que faz parte dele. Paisagem resolve precisamente esta duplicidade mediante a alternância entre base invisível e expressão visível:

O meio (*milieu*) é etimologicamente o que se encontra no centro do espaço. Em seguida, a palavra acabou por designar a noção inversa, isto é, o que o envolve, o que banha o centro: o peixe vive no elemento marinho. É neste sentido que o geógrafo o emprega, subentendendo geralmente que é o homem que ocupa o centro do «meio geográfico». Este «meio» diz-se natural quando nele predominam os elementos não ou pouco transformados pelo homem: rochedos, árvores ou pântanos. Já não é natural quando nele predominam os artefactos: imóveis, máquinas, aeroportos, etc. *A paisagem é a expressão visível, ao mesmo tempo que o sustentáculo, do meio.* (Demangeot, 1994: 582)

Idêntica posição de convergência subjaz ao pensamento mesológico de Augustin Berque. A mesologia, como teoria dos meios (*milieux*), procura transpor a alternativa entre cientismo e humanismo, ou objectivismo e subjectivismo, que atravessa a época moderna e chega sob múltiplas formas até aos dias de hoje. O seu ponto de partida é sintético: a interacção entre homem e meio através do *corpo medial*, uma relação dupla, porque se exerce nos dois sentidos e resulta precisamente das dinâmicas do cruzamento, do movimento trajectivo:

É uma *trajecção*, ou seja, um movimento no qual o mundo subjectivo e o mundo objectivo não deixam de interagir, por assim dizer, em espiral, produzindo deste modo uma realidade *trajectiva* (semisubjectiva, semiobjectiva), que é própria dos nossos meios. (Berque, 1993, in Serrão, 2011: 193-194)

Berque critica o erro das abordagens naturalistas e ecológicas, com a diluição da paisagem no ambiente, e a unilateralidade do homem como ser físico, esquecendo o plano de significações que mediatizam a nossa relação com o exterior enquanto seres de significações. A sua noção de cultura como elaboração simbólica não renega a base objectiva e natural; o homem mediatiza o meio vivente (*Umgebung*), a biosfera, em mundo humano, reelaborando constantemente os dados imediatos, culturalizando-os, sem abandonar a natureza. O plano que resulta da trajectão entre espaço e tempo, entre meio e história, é precisamente o da paisagem em cuja compreensão se funda o pensamento paisageiro:

Concebo a mediância como o sentido ao mesmo tempo subjectivo e objectivo (uma significação, uma sensação, uma tendência), da relação de uma sociedade com a extensão terrestre (relação que é um meio). Este sentido conjuga três níveis: o do emsi das coisas e da natureza (a extensão do mundo físico ou objectivo); o das relações ecológicas que ligam a espécie humana ao seu ambiente; e o da paisagem, onde actua as relações de ordem simbólica, pelas quais uma cultura funda em natureza a subjectividade colectiva. Esta conjugação cum-

prese simultaneamente no espaço (o meio) e no tempo (a história). (Berque, 1993, in Serrão, 2011: 193)

Se a mesologia de Augustin Berque é predominantemente culturalista, visto que a paisagem corresponde ao estrato de maior complexidade, vejamos um exemplo de pendor naturalista, para sublinhar ainda que a relação entre paisagem e ecologia não tem de ser excludente. Uma ética da paisagem terá, segundo o artista e jardineiro LouisGuillaume Le Roy, em conta a sua estrutura ecológica, a temporalidade dos seus processos intrínsecos, profunda, mas que se dá sempre no presente:

Jardins e paisagens evoluem no tempo. – Os agentes (vegetais, animais, homens) de todos os ecossistemas que determinam em conjunto a paisagem devem contribuir especificamente para a formação desta paisagem. – Estes agentes devem contribuir para a formação contínua das paisagens. – A paisagem é o resultado de uma actividade que evolui como um todo num ecossistema. – A concepção de um sistema ecológico é impossível. O homem aceitará num sistema ecológico uma certa situação como estando dada. Pelo seu trabalho, contribuirá para a evolução do sistema ecológico em questão. [...] – O trabalho humano deve ter como fim conservar a diversidade dos ecossistemas, enriquecê-los ou reinstaurá-los porque a diversidade deles é a condição de base para uma evolução sã e equilibrada da paisagem. (Le Roy, 1997, in Le Dantec, 1996: 456-457)

3. Paisagem, o ponto de encontro do Homem com a Natureza

A filosofia europeia entronca nas grandes construções sistemáticas da filosofia da natureza elaboradas entre Iluminismo e Romantismo, para as quais remete em última instância o pensamento da paisagem. O cruzamento de natureza e cultura longamente sedimentada pela pintura e literatura, ou pela arte dos jardins, não considera problemática a reunião de Natureza, Cultura e História, que encontram precisamente na paisagem um momento concordante. Pode acentuar um ou o outro dos pólos, consoante as correntes mais naturalistas ou mais culturalistas, pode celebrar as manifestações sublimes e selvagens ou a modelação humana dos lugares, mas não se detém na ficção de um estado de natureza intocado.

Já o ambientalismo tem de sobrevalorar o meio, ficando muitas vezes por esclarecer se esse meio ecossistémico inclui também os humanos ou se se restringe aos nãohumanos. A subtracção do humano aos ambientes que *avalía* e dos quais independe é reforçada pela posição moralista quanto ao homem, por tendência agente mau que deve proteger a natureza boa. A idealização da natureza virgem assume, por vezes, contornos de sacralização de monumentos da terra prometida em que entronca a identidade nacional americana.

A filosofia da paisagem, por seu turno, parte da polaridade, o que justifica a centralidade cada vez maior que desempenha nas recentes éticas e estéticas da natureza:

- É uma categoria compósita: admite múltiplas intersecções entre natureza e cultura, desde que a base natural esteja presente.
- É uma categoria ôntica: tem vindo a perder a restrição à visualidade e aos sentidos de cenário e de espectáculo raro, próprios do paradigma artístico —pictórico, teatral e literário— da Modernidade, para se apresentar como peculiar região do ser.
- É uma categoria plástica, uma síntese inobjectivável e irreduzível (a Natureza e a Ambiente) que se desdobra em pequenas unidestotalidades: os lugares singulares, não precisando incorrer nos intermináveis debates de individualismo e holismo da ética ambiental.

Não deixa de ser significativa a expansão do pensamento paisageiro para orientações que não partiam inicialmente dele, e que talvez devido ao divórcio de culturas têm olhado com desconfiança para a tradição do pictórico e do cenográfico pretensamente dominantes na cultura europeia. Fala por si a recuperação por parte de alguma cultura ambientalista americana, à margem da influência estética positiva, objectivista e cientista.

Exemplificamos esta significativa alteração de paradigma com um estudo de Kiyokazu Nishimura sobre a descoberta do sentido da paisagem, que se apoia na reflexão de T. J. Diffey (1993) e Frank Sibley (2001). Importa, para o tema deste artigo, incidir nos pontos essenciais: a defesa da componente subjectiva e o papel das sensações. O que trazem as sensações? Sobretudo a capacidade de diferenciação no todo compacto que é *o ambiente*. O autor mostra como sensações mais voláteis —olfacto e paladar— não são desestruturadas e informes, por oposição à forma do conceito. É por via da sensibilidade que a variedade das coisas se apreende e que os ambientes podem ser discriminados. Esta capacidade de acolhimento é precisamente oferecida pela paisagem:

[...] encontrandonos ainda no ambiente com um enquadramento (*framing*) particular baseado no conceito de ambiente natural como «paisagem», organizamos os materiais crus dos nossos cinco sentidos numa certa ordem particular e apreciamola, à paisagem, como «estética». Neste sentido, «paisagem» pode ser considerada como uma das categorias estéticas que estabelecemos sob a restrição de tempos e culturas como um quadro (*frame*) para «paisagem», que originalmente significou apenas uma secção geográfica de natureza. Para apreciar o ambiente natural esteticamente é preciso enquadrá-lo e considerá-lo sob a categoria «paisagem». (Nishimura, 2011: 40)

Chegamos por fim àquele que é talvez o núcleo irreduzível: a paisagem não é a natureza (em si) nem o humano (para si), mas o ponto de encontro de homem e natureza. A natureza que se encontra é *esta* paisagem, e o homem *este indivíduo*. Todos os debates sobre objectivismo e subjectivismo perdem validade quando partimos do encontro. Ela é simultaneamente região ôntica —se acentuarmos o lado objecto— e abertura ao ser (natureza) se acentuarmos a ontologia do humano.

Referências bibliográficas

- ASSUNTO, R. (1976). «Paesaggio, Ambiente, Territorio: Un tentativo di precisazione concettuale». *Bollettino del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*, 18. Tradução em português: SERRÃO (2011), 128-129.
- ASSUNTO, R. (2005). *Il paesaggio e l'estetica*. 2a edição. Palermo: Edizioni Novecento.
- BERLEANT, A. (1997). *Living in the Landscape: Towards an Aesthetics of Environment*. Lawrence: University Press of Kansas.
- (2012). «O significado mutável da paisagem». Em: SERRÃO (2012), 347 s.
- BERQUE, A. (1993). «L'écoumène, mesure terrestre de l'homme, mesure humaine de la Terre: Pour une problématique du monde ambiant». *L'Espace Géographique*, 4, 299-305. Tradução em português: SERRÃO (2011).
- CALLICOTT, J. B. (2008). «Leopold's Land Aesthetic». Em: CARLSON, A. e LINTOTT, S. (eds.). *Nature, Aesthetics, and Environmentalism*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- CARLSON, A. (2009). «Contemporary Environmental Aesthetics and the Requirements of Environmentalism». *Aesthetics, JTLA, Journal of the Faculty of Letters*. The University of Tokyo, 34.
- DEMANGEOT, J. (1994). *Les Milieux «naturels» du globe*. Paris/Milan/Barcelone: Masson.
- DIFFEY, T. J. (1993). «Natural Beauty without Metaphysics». Em: KEMAL, S. e GASKELL, I. (eds.). *Landscape, Natural Beauty and the Arts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GODLOVITCH, S. (1994). «Icebreakers: Environmentalism and Natural Aesthetics». Reimpr. em: CARLSON, A. e BERLEANT, A. (eds.). *The Aesthetics of Natural Environments*. Peterborough: Broadview Press, 2004.
- HARGROVE, E. (1979). «The Historical Foundations of American Environmental Attitudes». *Environmental Ethics* [em linha], 1, 209-240.
<<http://dx.doi.org/10.5840/enviroethics19791314>>
- HETTINGER, N. (2005). «Allen Carlson's Environmental Aesthetics and the Protection of the Environment». *Environmental Ethics* [em linha], 27.
<<http://dx.doi.org/10.5840/enviroethics200527141>>
- LE DANTEC, J.-P. (1996). *Jardins et Paysages: Une Anthologie*. Paris: Éditions de la Villette.
- LE ROY, L.G. (1977). «Principes écologiques qui devraient régir jardins et paysages». Em: LE DANTEC, J.-P. (1996), *Jardins et Paysages: Une Anthologie*. Paris: Éditions de la Villette, 456-457.
- NISHIMURA, K. (2011). «The Aesthetics of Smell and Taste for the Appreciation of Landscape». *JTLA, Journal of the Faculty of Letters*. The University of Tokyo, 36.
- SAITO, Y. (1998). «Appreciating Nature on Its Own Terms». *Environmental Ethics* [em linha], 20, 2.
<<http://dx.doi.org/10.5840/enviroethics199820228>>

-
- SERRÃO, A. V. (coord.) (2011). *Filosofia da Paisagem: Uma Antologia*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- (coord.) (2012). *Filosofia e Arquitectura da Paisagem: Um Manual*. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- SIBLEY, F. (2001). «Taste, Smells, and Aesthetics». Em: SIBLEY, F.; BENSON, J.; REDFERN, B e COX, J. R. (eds.). *Approach to Aesthetics: Collected Papers on Philosophical Aesthetics*. Oxford: Clarendon Press.

Adriana Veríssimo Serrão é professora associada de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tem dedicado a sua investigação à Estética e à Antropologia Filosófica, e, mais recentemente, à Filosofia da Natureza e da Paisagem. Coordena o projecto de investigação *Filosofia e Arquitectura da Paisagem* no Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.

Adriana Veríssimo Serrão is Associate Professor in Philosophy in the Faculty of Letters of the University of Lisbon. Her research has focused on Aesthetics and Philosophical Anthropology, and, more recently, on the Philosophy of Nature and Landscape. She coordinates the research project *Philosophy of Architecture and Landscape* at the Center for Philosophy of the University of Lisbon.
